

# Liminar permitirá que alunas paguem menos

**As alunas consideram que a ação foi uma grande vitória e lamentam pelos colegas**

Alunas de Fonoaudiologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo vão pagar, até se formar, apenas um terço do valor cobrado pela escola. Elas conseguiram liminar em mandado de segurança impetrado contra o reajuste de mensalidades autorizado pelo Conselho Estadual de Educação (CEE), no final do ano passado. Das 400 alunas do curso, 280 que abriram o processo foram beneficiadas.

A mensalidade de agosto, para Fonoaudiologia, variou entre Cz\$ 65 mil e Cz\$ 95 mil, de acordo com o número de aulas. O grupo que movia a ação pagou parcelas de Cz\$ 25 mil a Cz\$ 35 mil e fez depósitos em Juízo. Até o final do ano, as parcelas só poderão ser reajustadas pelos índices da Unidade de Referência de Preços,

URP, a partir do valor de agosto. "É uma grande vitória da gente. Pena que os nossos colegas não serão favorecidos", disse Vera Lúcia Ferreira Mendes, aluna do quarto ano.

Os problemas com as mensalidades começaram em 87, quando a PUC pediu ao CEE reajuste especial para o segundo semestre, após conseguir o mesmo aumento no primeiro. A Comissão de Encargos Educacionais do CEE, responsável pela análise das planilhas de custos das escolas, não aprovou a solicitação, mas o reajuste foi concedido, em seguida, pelo Conselho, que tem poder de decisão. "Como os preços da PUC estavam legalizados, decidimos tentar anular o parecer do CEE", explicou Mauro Bueno, advogado das estudantes. "E conseguimos. É a primeira medida judicial nesse sentido e existem outros processos em andamento."

A reação das estudantes começou em fevereiro, quando a mensalidade passou de Cz\$ 10 mil para Cz\$ 25 mil. "Era inviável", disse Maria Lúcia Vaz Masson,

aluna do segundo ano. Se pagasse o valor do carnê, ela teria desembolsado Cz\$ 80 mil em agosto, mas pagou Cz\$ 25 mil. Segundo Maria Lúcia, muitos alunos do primeiro ano, por inexperiência, preferiram não mover a ação conjunta; outros participaram de processos contra a universidade e acabaram não conseguindo os mandados.

Adriana Rodrigues é uma delas. Com os alunos de Psicologia, ela acionou a reitoria, mas seu grupo não conseguiu o mesmo sucesso das colegas. Em agosto, a estudante pagou Cz\$ 65 mil, pois tem desconto de Cz\$ 21 mil. "Adoro o curso. Largá-lo seria um martírio." A mãe de Adriana é divorciada e recebe, aproximadamente Cz\$ 400 mil por mês. "Está muito cara. A gente paga aluguel, compra comida", comentou.

No final da tarde, o reitor da PUC, professor Luiz Eduardo Wanderley, participou de um curso fora do campus e não foi localizado. O professor Jorge Nagle, presidente do Conselho Estadual de Educação, preferiu não comentar o mandado, pois ainda desconhecia seu conteúdo.